

Conferência Nacional Popular de Educação, CONAPE (24-26 de maio).

A CONAPE-2018 aprovou, em sua Plenária Final, o seguinte documento.

No momento atual de crise pelo qual passa o Brasil, com o aprofundamento do golpe deflagrado em 2016, a partir da destituição do governo legitimamente eleito de Dilma Rousseff, a luta pela educação não pode estar desatrelada daquela em defesa da restauração do Estado Democrático de Direito. Os processos de ruptura democrática pelos quais passou o país guardam, em comum, a redução drástica dos direitos sociais, entre os quais a educação — um dos pilares inquestionáveis de qualquer democracia —, alvo de severos ataques políticos, econômicos e pedagógicos que visam a desestruturar a possibilidade de formação crítica e cidadã. Foi assim com a instituição do Estado Novo, em 1937, que pôs fim aos avanços conquistados na Constituição democrática de 1934. Foi assim em 1964, com o golpe civil-militar que depôs João Goulart e enterrou a Carta de 1946. E é assim agora, com a série de medidas golpistas que buscam sepultar a Constituição de 1988 — incluindo seu artigo 205, que assegura a educação como dever do Estado e direito de cada cidadão — 30 anos após sua promulgação.

Os acontecimentos dos últimos dias, com os movimentos atuais e a crise institucional provocada pela política equivocada e entreguista do governo golpista de Michel Temer na Petrobras, apontam para possibilidades sérias e preocupantes de acirramento ainda maior das consequências do golpe. A construção da falácia de uma suposta quebra na Petrobras, entregue a uma gestão feita por e para rentistas, interessa diretamente à política neoliberal repaginada cujo objetivo é a transformação dos direitos sociais, a educação incluída, em serviços e mercadorias. Lucra o capital financeiro, um dos suportes do golpe. Sofrem os/as trabalhadores/as, estudantes e, todo o povo, submetidos não apenas à destruição de um patrimônio nacional imprescindível — que inviabiliza a implementação das políticas educacionais conquistadas após muita luta, nos últimos anos, como o próprio Plano Nacional de Educação (PNE) —, mas também à ameaça concreta de um rompimento democrático ainda mais profundo.

A convocação da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE-2018), no ano passado, deu-se como resposta direta ao autoritarismo que destituiu o Fórum Nacional de Educação (FNE) e descaracterizou a 3ª Conferência Nacional de Educação (CONAE/2018) como um espaço democrático de debate. Agora, a realização desta CONAPE só vem a reforçar a importância deste movimento de resistência em via dupla: de um lado, não é possível lutar pela democracia sem lutar pela educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social, desde a primeira educação infantil até a pós-graduação, fundamental para a construção de outra realidade, menos injusta e mais solidária; de outro, qualquer discussão de políticas educacionais só faz sentido e só terá efetividade a partir do momento em que se assegurar a restauração do Estado Democrático de Direito e a realização de eleições livres.

As entidades que, reunidas em um Comitê Nacional em Defesa da Educação, decidiram romper com o FNE golpista e promover a Conferência Nacional Popular de Educação, vêm se empenhando, há décadas, em discutir os rumos que possam permitir essa transformação essencial. Assim, foram organizadas as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), nos anos 1980 e início dos 1990, organizados os Congressos Nacionais de Educação (CONEDs), a partir da década de 90 do século passado e começo dos 2000, e, posteriormente, a Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB) de 2008 e as Conferências Nacionais de Educação (CONAES de 2010 e 2014).

Retomando esta luta, entidades, delegados/as da CONAPE têm como meta garantir o aperfeiçoamento e a implementação do PNE, a implantação de um Sistema Nacional de Educação que possibilite o fortalecimento da educação pública e a regulamentação do ensino privado. Este espaço é primordial para traçar coletivamente os rumos da resistência, com o combate sem tréguas aos pesados retrocessos que o governo federal tem impingido à educação e às áreas sociais no Brasil.

A luta pela educação democrática: desafios a enfrentar.

A mobilização social em torno da democratização dos direitos, no que tange à educação, tem uma pauta importante de lutas, que hoje ganha centralidade diante da intensificação dos ataques diretos aos serviços públicos e de favorecimento da privatização em todos os níveis e setores e consequente agravamento da conjuntura.

Convocamos a população brasileira para juntos lutarmos:

- 1. Pelo Estado Democrático de Direito e a realização de eleições livres, contra a intervenção militar.**
- 2. Pela apuração dos assassinatos dos defensores de direitos humanos e da juventude negra e contra a violência, as perseguições políticas e criminalização dos movimentos sociais.**
- 3. Pelo fim do congelamento dos investimentos em áreas sociais, conforme imposto em 2016 pela Emenda Constitucional 95 (EC 95/16), com a sua imediata revogação e a destinação de 10% do PIB para a educação pública.**
- 4. Pela defesa do PNE, à luz das deliberações das CONAES de 2010 e 2014, como centro das políticas públicas educacionais.**
- 5. Por um FUNDEB vigoroso e permanente, com creches e 50% de complementação da União.**
- 6. Pelo fim do financiamento público para investimentos privados na área da educação, em detrimento do fortalecimento do ensino público.**
- 7. Pela regulamentação do ensino privado, sob as mesmas exigências legais aplicadas à escola pública, com a instituição do Sistema Nacional de Educação.**
- 8. Pela exigência de qualidade tanto no ensino a distância quanto nos cursos de curta duração, impedindo tentativas de tratar a educação, nesse âmbito, como mera mercadoria e, também, contra a autorização de todo e qualquer curso de graduação da área da saúde e de formação de professores, ministrado totalmente na modalidade Educação a Distância (EaD).**
- 9. Pela garantia da implantação do Piso Salarial Profissional Nacional e de planos de carreira para os/as profissionais da educação das redes pública e privada, com a promoção da necessária valorização dos respectivos profissionais, superando-se as recentes propostas de ‘flexibilização’ dos critérios de seleção na área, bem como os agudos retrocessos que hoje acontecem, em especial no setor privado.**
- 10. Pela escola democrática e autônoma, como espaço de liberdade e pensamento crítico de profissionais da educação e Estudantes, contra movimentos fascistas como ‘Escola Sem Partido’ e as correlatas ‘Leis da Mordaca’.**
- 11. Contra os cortes orçamentários, os contingenciamentos, os bloqueios e o sucateamento das Universidades e Institutos Federais e contra quaisquer ataques do poder político e do poder judiciário em relação à Autonomia Universitária.**
- 12. Contra a ‘Base Nacional Comum Curricular’ proposta pelo atual governo, que exclui temas sociais sensíveis e engessa o currículo.**
- 13. Contra a ‘Reforma do Ensino Médio’, em curso, viabilizadas pela Lei nº 13.415/16 e Portaria MEC nº 727/17, que dificulta o acesso e a permanência dos estudantes, torna tecnicista o ensino público, desvaloriza os/as profissionais da educação e promove o avanço privatista sobre a educação básica, além de atentar contra a soberania nacional, ao submeter questões estratégicas como formação docente e currículos à ingerência do Banco Mundial e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) Interamericano de Desenvolvimento (BID).**
- 14. Contra a medida as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio que determinam a oferta de 40% da carga horária do ensino médio e 100% da carga horária da Educação de Jovens e Adultos à distância, bem como que contabilize as horas de cursos de qualificação profissional e de tempo de trabalho voluntário na carga horária do Ensino Médio.**
- 15. Contra a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a Terceirização e todos os ataques aos direitos trabalhistas.**
- 16. Pelo fortalecimento dos cursos de formação de professores nas instituições/Universidades Públicas, com garantia da autonomia didática para a elaboração de seus projetos formativos, reafirmando a necessidade de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada (Resolução CNE CP 02/15).**
- 17. Pela continuidade, ampliação e fortalecimento de todas as ações e políticas de educação do campo, educação quilombola, educação especial em uma perspectiva inclusiva, educação indígena e educação nas prisões, com políticas afirmativas que elevem a condição cidadã de homens e mulheres, negros e indígenas, bem como as populações do campo e ribeirinha.**
- 18. Pelo fim da interferência do Ministério da Educação no Fórum Nacional de Educação, com a reconstituição de sua composição original.**
- 19. Pela realização da CONAPE-2022.**

Resistir e avançar, por uma educação pública, universal, laica, inclusiva, inclusiva, gratuita, democrática, de qualidade social, como direito do/a cidadão/ã e dever do Estado: esse é o compromisso de todas as entidades que participam da CONAPE!